



BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL 2022	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	I	4.352.076.805,01	3.769.813.675,14
Caixa e Equivalente de Caixa		1.079.911.843,55	814.192.822,55
Créditos a Curto Prazo		99.440.334,39	71.942.980,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		2.798.867.515,65	2.592.764.372,22
Estoques		373.857.111,42	290.903.677,77
VPD pagas antecipadamente		0,00	9.822,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	II	2.746.721.590,37	2.290.985.889,81
Realizável a Longo Prazo		260.573.495,28	243.188.033,33
Créditos a Longo Prazo		260.573.495,28	243.188.033,33
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		3.414.976,21	3.414.976,21
Imobilizado		2.475.309.540,08	2.038.582.155,22
Intangível		7.423.578,80	5.800.724,11
Diferido		0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		7.098.798.395,38	6.060.799.564,95

FONTE: SOFIN / Dezembro 2022 - 20/03/2023 11:34:59

Documento Assinado Digitalmente por: O A O J E N I Q U E I P E A M D R A I D E L B I A G A M P O S, V R G N I N O G O N C A L V E S M A R T I N S
Assinado em: 20/03/2023 11:34:59
Validade: 60 dias
Verifique em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.aspx?numDoc=6491894&del=1267267939>
3b051582e



BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL 2022	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE	III	383.434.603,34	330.393.276,41
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		37.993.942,87	33.014.899,88
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		101.013.461,94	61.728.571,11
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		6.374.655,25	4.220.890,33
Obrigações de Repartição e Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		110.531.664,36	117.682.588,44
Demais Obrigações a Curto Prazo		127.520.878,92	113.746.320,66
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	IV	4.946.941.768,56	4.691.597.570,00
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		87.933.755,04	114.714.754,44
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		1.793.434.960,44	1.668.852.882,77
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		72.785.290,22	87.072.431,96
Provisões a Longo Prazo		2.885.995.909,47	2.682.825.427,33
Demais Obrigações a Longo Prazo		78.111.853,39	109.292.081,33
Resultado Diferido		28.680.000,00	28.840.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	V	1.768.422.023,48	1.038.808.720,50
Patrimônio Social e Capital Social		598.291.353,69	598.291.353,69
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		5.271.493,21	5.271.493,21
Resultados Acumulados		1.164.859.176,58	435.245.873,64
(-)Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.098.798.395,38	6.060.799.566,98



PREFEITURA DO RECIFE
VISÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Exercício: 2022

**QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI N° 4.320/1964
2022 - DEZEMBRO**

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL (2022)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2021)
ATIVO	I	7.098.798.395,38	6.060.799.566,98
Ativo Financeiro		3.021.225.867,95	2.509.147.142,69
Ativo Permanente		4.077.572.527,43	3.551.652.424,29
PASSIVO	II	5.446.978.299,28	5.237.272.473,33
Passivo Financeiro		376.754.792,72	416.517.824,44
Passivo Permanente		5.070.223.506,56	4.820.754.648,89
Saldo Patrimonial	III	1.651.820.096,10	823.527.093,65

FONTE: SOFIN / Dezembro 2022 - 23/03/2022 10:54:48



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ree.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e



PREFEITURA DO RECIFE

VISÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Exercício: 2022

**QUADROS DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64
2022 - DEZEMBRO**

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$	
	EXERCÍCIO ATUAL (2022)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2021)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas	88.652.828,12	70.030.090,16
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	4.281.189,58	7.993.996,69
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos	92.934.017,70	78.024.086,85
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos	-	-



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0100 - RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS	375.689.585,47	326.850.778,35
0102 - CONVÊNIOS E ACORDOS A FUNDO PERDIDO (PREFEITURA RECIFE)	107.929.190,16	66.503.196,35
0103 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	39.547.490,23	26.782.407,85
0104 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	11.988.743,31	12.718.842,35
0105 - TRANSFERÊNCIA FNDE (SALÁRIO - EDUCAÇÃO)	4.971.415,70	15.771.170,98
0106 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SWAP EDUCAÇÃO	576.047,00	579.291,51
0108 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FINISA	-226.046,66	18.527.739,45
0109 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CPAC	605.666,81	834.189,02
0111 - RECURSOS DA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS - DREM-EC93/2016	1.678.909,48	2.336.374,51
0112 - EDUCAÇÃO - COMPL. LIMITE CONSTITUCIONAL	-161.833.829,99	-272.851.686,29
0113 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	30.390.453,46	19.783.652,68
0114 - SAÚDE - LIMITE CONSTITUCIONAL	-9.092.275,09	-1.254.378,35
0115 - SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-12.076,67	-70.643,25
0116 - TRANSFERÊNCIAS DA CIDE	-4.792,02	-4.792,02
0117 - TRANSFERÊNCIAS DO FDS	42,54	80,00
0119 - RECURSOS DO STCP	0,10	0,00
0120 - RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO	-437.318,91	234.893,23
0121 - RECURSOS DA CIP	-4.682.969,76	-3.147.163,55
0122 - RECURSOS PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	1.064.373,42	0,00
0123 - RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADM. LC Nº 151/2015	12.951.627,47	11.815.581,58
0124 - MEIO AMBIENTE	198.484,08	37.961,88
0125 - CMR - RECURSOS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	18.344.036,82	22.642.918,84
0126 - TRANSFERÊNCIA DE DOAÇÕES - INCENTIVOS FISCAIS DA UNIÃO	6.532,21	33.011,62
0127 - PROGRAMA DE EFICIÊNCIA MUNICIPAL - PEM BB	-399.651,71	-248.979,96
0129 - RECURSOS DE INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	397.265,79	359.793,32
0130 - RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	444.640,46	177.153,90
0131 - EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA DO PRÉ SAL	0,00	0,00
0132 - RECURSOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	852.552,76	750.106,40
0133 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO	-49.283,10	6.254,39
0134 - RECURSOS DE NECRÓPOLES	-145.852,16	0,00
0135 - TAXAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - TRSD	-5.571.365,82	-9.481.278,26
0136 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OP. ESTRUTURADA BB	6.061.100,68	0,00
0138 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PNAFM - III	13.539.159,35	0,00
0143 - CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO - CIP	-54.057,94	0,00
0146 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OP. ESTRUTURADA BB - CP CONVÊNIO	-132.527,98	0,00
0147 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	1.358.223,33	4.639.993,00
0148 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - FINISA - CP CONVÊNIO	17.207,51	17.207,51
0161 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BANCO DE BRASÍLIA - BRB	74.488.281,05	0,00
0241 - RECURSOS PRÓPRIOS (ADM. SUPERVISIONADA)	28.656.276,99	31.617.727,88
0242 - CONVÊNIOS E ACORDOS A FUNDO PERDIDO (ADM. SUPERV.)	7.591.117,34	12.583.563,76
0243 - TRANSFERÊNCIAS DO FEAS	4.084.744,67	1.816.543,22
0244 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS	152.286.486,15	115.678.388,05
0245 - TRANSFERÊNCIAS DO FNAS	6.321.185,89	5.124.838,24

Em

Documento Assinado Digitalmente por: JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Assinado em: 2022/07/27 14:54:00
Código do Documento: 011588



PREFEITURA DO RECIFE

VISÃO GERAL DO MUNICÍPIO



Exercício: 2022

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0246 - INCENTIVOS FISCAIS E DOAÇÕES	22.017.952,52	19.164.591,57
0247 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA	77.841,98	71.643,70
0248 - TRANSF DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO E DESENV. MUNICIPAL	1.931.430,49	1.202.755,81
0249 - RECURSOS PRÓPRIOS DO SIST. PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO	1.894.735.778,57	1.647.331.171,55
0250 - RECURSOS PRÓPRIOS DO SAÚDE - RECIFE	1.151.719,48	723.721,55
0252 - CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS	82.417,41	82.417,41
0253 - TRANSFERÊNCIA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	0,00	0,00
0254 - TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - CUSTEIO	8.309.987,90	5.558.531,66
0255 - TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - INVEST.	625.271,25	3.076.685,00
0257 - TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS -INVEST. GERAL - PORT. 394/20	1.553.226,87	3.215.853,44
0258 - REC. APOIO FINANC. SETOR CULTURAL - LEI ALDIR BLANC	-18.426,44	79.024,58
0300 - RECURSOS ORDINÁRIOS - NÃO VINCULADOS	0,00	0,00
0302 - CONVÊNIOS E ACORDOS A FUNDO PERDIDO (PREFEITURA RECIFE)	-43.794,24	0,00
0303 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
0304 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	0,00	0,00
0305 - TRANSFERÊNCIA FNDE (SALÁRIO - EDUCAÇÃO)	0,00	0,00
0306 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SWAP EDUCAÇÃO	24.116,48	0,00
0308 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FINISA - SUPERÁVIT	-826.439,69	0,00
0309 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CPAC	0,00	0,00
0313 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00
0323 - RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADM. LC Nº 151/2015	5,00	5,00
0324 - MEIO AMBIENTE - SUPERÁVIT FINANCEIRO	-20.835,30	0,00
0326 - TRANSFERÊNCIA DE DOAÇÕES - INCENTIVOS FISCAIS DE DOAÇÃO	0,00	0,00
0330 - RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	-176.222,06	0,00
0332 - RECURSOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	0,00	0,00
0334 - RECURSOS DE NECRÓPOLES	-4.662,83	0,00
0347 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	-13.339,57	0,00
0390 - ANTECIPAÇÃO VOLUNTÁRIA IPTU/TRSD 2021	0,00	-32.619,60
0641 - RECURSOS PRÓPRIOS (ADM. SUPERVISIONADA)	-252.448,26	0,00
0642 - CONVÊNIOS E ACORDOS A FUNDO PERDIDO (ADM. SUPERV.)	-12.634,79	0,00
0643 - TRANSFERÊNCIAS DO FEAS	-13.806,13	0,00
0644 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS	-3.705.464,56	0,00
0645 - TRANSFERÊNCIAS DO FNAS	-520.950,51	0,00
0646 - INCENTIVOS FISCAIS E DOAÇÕES	-9.012,94	0,00
0648 - TRANSF DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO E DESENV. MUNICIPAL	-95.304,41	0,00
0649 - RECURSOS PRÓPRIOS DO SIST. PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO	-11.275,67	0,00
0650 - RECURSOS PRÓPRIOS DO SAÚDE - RECIFE	-6.063,66	0,00
0653 - TRANSFERÊNCIA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	456.640,31	990.870,87
0654 - TRANSF. A FUNDO DO SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - CUSTEIO	-12.986,88	0,00
0655 - TRANSF. A FUNDO DO SUS - COVID - AÇÃO 21C0 - INVEST.	0,00	0,00
0657 - TRANSF. FUNDO A FUNDO SUS INVEST. GERAL PORT. 394/20	-20.301,45	0,00
0658 - REC. APOIO FINANC. SETOR CULTURAL - LEI ALDIR BLANC	0,00	0,00
0718 - AUX FIN-OUTORG CRED TRIB ICMS-ART 5º, INC V, EC 123/22	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS VIRGINIA GONCALVES MARTINS
 Nesse em: https://etec.rec.gov.br/portal/portal.do?system=Código do documento: 0641001901006159e



QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
4103 - CONTRAPARTIDA OPERAÇÃO DE CRÉDITO DIVERSAS (CEF)	-28.140,56	0,00
4112 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FINISA - CP CEF	-101.995,50	0,00
4312 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FINISA - CEF	0,00	0,00
0320 - RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO	0,00	0,00
Total das Fontes de Recursos	2.644.471.075,23	2.092.629.318,00

FONTE: SOFIN / Dezembro 2022 - 16/03/2023 18:16:24

Em



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E SEUS ASPECTOS RELEVANTES

O Balanço Patrimonial (BP), de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/1964, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Foi elaborado em consonância com as **Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04**, atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em janeiro de 2020, e de acordo com as **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP**, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e ao **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª. edição)**.

De acordo com o MCASP, a lei nº 4.320/1964 confere ao Balanço Patrimonial uma perspectiva orçamentária, aodesmembrar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em virtude da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Com o objetivo de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da referida Lei, conforme competência estabelecida no seu art. 113 foi alterada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial do município de Recife, abrangendo os Poderes Executivo (toda administração pública, direta e indireta) e Legislativo (Câmara Municipal), é composto por:

- **Quadro Principal:** elaborado utilizando-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido), tendo por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), e apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível – Título), a partir deste exercício de 2022 incluindo as contas intragovernamentais;
- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** demonstrados pelos seus valores totais, inclusive o Saldo Patrimonial, foi concebido de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964, também fazendo uso das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, a partir deste exercício de 2022 incluindo as contas intragovernamentais;





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

- **Quadro das Contas de Compensação:** apresenta os atos potenciais do Ativo e do Passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do Município, obtido utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP. Os valores dos atos potenciais já executados não foram considerados;

- **Quadro do Superávit / Déficit Financeiro:** apurado em consonância com o §2º do art.43, da Lei nº 4.320/1964, foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por Fonte / Destinação de Recursos.

- **CONTAS DE NATUREZA INTRAGOVERNAMENTAIS:**
 - ✓ Até o exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2021, o município do Recife apresentava o Balanço Patrimonial – Consolidado e o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, excluindo as contas de níveis intragovernamentais para fins de consolidação das demonstrações contábeis, conforme preconiza a Secretária do Tesouro Nacional. Neste **exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Prefeitura apresentará o BP – Consolidado e o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, para fins da Prestação de Contas, incluindo as contas de natureza intragovernamentais conforme determinado na Nota 1 (a), do anexo I da Resolução nº 190/2022:**

 - ✓ Nota 1: Os demonstrativos deverão ser elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União, observando-se as seguintes ressalvas:
 - ✓ a) consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, de modo a disponibilizar os macroagregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado. Na consolidação das contas municipais, para efeito de prestação de contas, não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentárias.

 - ✓ Desta forma, os valores apresentados no BP – Consolidado e no Quadro de Ativos e Passivos – Exercício 2022, estarão incluídas as contas de natureza intragovernamentais, sendo importante ressaltar, que na coluna Exercício Anterior (exercício de 2021), nestes demonstrativos, os valores ficarão distintos dos apresentados no Exercício 2021, exatamente em relação aos valores correspondentes as contas intragovernamentais, certamente, coincidentes os resultados, conforme quadros abaixo:





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

a) BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO - EXERCÍCIO 2021

ESPECIFICAÇÕES	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021 (INCLUÍDAS AS INTRA)	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021 (EXCLUÍDAS AS INTRA)	INTRAGOVERNAMENTAIS
ATIVO (I)	6.060.799.566,98	6.016.826.086,78	43.973.480,20
ATIVO CIRCULANTE	3.769.813.677,14	3.758.820.306,98	10.993.370,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.290.985.889,84	2.258.005.779,80	32.980.110,04
PASSIVO (II)	5.021.990.846,44	4.978.017.366,24	43.973.480,20
PASSIVO CIRCULANTE	330.393.270,41	319.399.900,25	10.993.370,16
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.691.597.576,03	4.658.617.465,99	32.980.110,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (III)	1.038.808.720,54	1.038.808.720,54	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO IV = (II) + (III)	6.060.799.566,98	6.016.826.086,78	43.973.480,20

b) QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – EXERCÍCIO 2021

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - 2021

ESPECIFICAÇÕES	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021 (INCLUÍDAS AS INTRA)	EXERCÍCIO ANTERIOR 2021 (EXCLUÍDAS AS INTRA)	INTRAGOVERNAMENTAIS
ATIVO (I)	6.060.799.566,98	6.016.826.086,78	43.973.480,20
ATIVO FINANCEIRO	2.509.147.142,69	2.509.147.142,69	-
ATIVO PERMANENTE	3.551.652.424,29	3.507.678.944,09	43.973.480,20
PASSIVO (II)	5.237.272.473,33	5.193.298.993,13	43.973.480,20
PASSIVO FINANCEIRO	416.517.824,44	416.517.824,44	-
PASSIVO PERMANENTE	4.820.754.648,89	4.776.781.168,69	43.973.480,20
SALDO PATRIMONIAL (III)= (I) - (II)	823.527.093,65	823.527.093,65	-



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

c) Detalhamento das contas de natureza intragovernamentais – Exercício 2021, conforme quadro abaixo:

ATIVO	2021
1.1.3.6.2.02.01 – Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	10.993.370,16
1.2.1.1.2.06.04 – Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal	32.980.110,04
TOTAL	43.973.480,20

PASSIVO	2021
2.1.1.4.2.02.01 – Contribuição Previdenciária – RPPS – Débitos Parcelados – Patronal – Circulante	10.993.370,16
2.2.1.4.2.02.01 – Contribuição Previdenciária – RPPS – Débitos Parcelados – Patronal – ANC	32.980.110,04
TOTAL	43.973.480,20

Nota I: Ativo Circulante

✓ **Caixa e Equivalente de Caixa**

Neste subgrupo, apresentando um valor de **R\$ 1.079.911.843,55** (um bilhão setenta e nove milhões novecentos e onze mil oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), tem-se o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações, bem com os recursos vinculados de acordo com normativos específicos. Deste montante, destaca-se os valores por unidades gestoras:

UNIDADE GESTORAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA R\$
SECRETARIA DE FINANÇAS	561.490.290,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	184.381.033,19
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA	60.824.920,08
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	58.902.494,60
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE	38.647.320,30
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	31.149.531,56
CÂMARA MUNICIPAL	21.852.126,36
SECRETARIA DE SANEAMENTO	19.594.733,10
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	18.688.671,75
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.075.356,05
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA	12.400.130,18
DEMAIS UNIDADES	58.905.236,14
TOTAL	1.079.911.843,55

✓ **Créditos a Curto Prazo**

Os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar e demais créditos, realizáveis no curso do exercício social subsequente alcançaram um montante de **R\$ 99.440.334,39** (noventa e nove milhões



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

quatrocentos e quarenta mil trezentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) no exercício de 2022. Desse valor, cerca de 40,65% correspondem aos adiantamentos concedidos e 38,57% correspondem a rubrica de suprimento de fundos.

✓ **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

As aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação, e que não fizeram parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo, somaram o valor de **R\$ 2.798.867.515,65** (dois bilhões setecentos e noventa e oito milhões oitocentos e sessenta e sete mil quinhentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos) representam os Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – RPPS. Do total apurado, destaca-se:

Descrição	Valor (Em R\$)
Fundo Previdenciário – RECIPREV	2.795.799.867,48
Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores	1.654.193,91
Fundo Financeiro – RECIFIN	1.413.454,26
Total	2.798.867.515,65

Ainda, em relação aos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – RPPS, a seguir estão apresentados alguns recortes das Notas Técnicas enviadas pela Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife (AMPASS), ente responsável pela Gestão do RPPS:

Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife (AMPASS)

“Todos os recursos financeiros da AMPASS são movimentados através de instituições financeiras, que são Banco do Brasil e Bradesco e possui dois tipos de investimentos enquadrados no segmento Renda Fixa, que são:

- BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, no Banco do Brasil, e;
- Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Poder Público no Bradesco.

No exercício financeiro de 2022, os fundos de investimentos foram alocados ao subgrupo 1.1.4.0.0.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo à conta contábil 1.1.4.1.1.99.00 – Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados, com saldo em 31/12/2022 de **R\$ 1.654.193,91.**”





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

Fundo Previdenciário – RECIPIREV

“Quanto ao regime previdenciário, sob o aspecto financeiro, é classificado como um fundo de capitalização, que por sua vez opõe-se à ideia de pacto intergeracional. As técnicas adotadas assemelham-se a de um seguro comum ou de uma poupança onde cada indivíduo fica responsável pelo custeio de seu benefício. Consequentemente, existe a ideia de acumulação.

O valor do benefício, portanto, dependerá diretamente do quanto o contribuinte aportou desde o início no fundo de sua inscrição. A gerência desse valor no mercado permitirá que, ao final, haja quantia suficiente para custear sua aposentadoria.

Os recursos dos regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da Resolução CMN nº 4.963/2021, no exercício financeiro de 2022.

Todos os recursos do RECIPIREV são movimentados através de instituições financeiras credenciadas.

No exercício financeiro de 2022, os fundos foram alocados ao subgrupo 1.1.4.1.1.00.00 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, conforme enquadramento da Resolução CMN nº 4.392/2014, versus PCASP ESTENTIDO, com registro contábil “MARCAÇÃO NA CURVA”. São elas:

ITEM:

1.1.4.4.1.01.00-APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA-RPPS-PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art. 7º.

SUBITEM:

1.1.4.4.1.01.01-TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL, Art. 7º, Inciso I, alínea “a”.

1.1.4.4.1.01.02-FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL Art. 7º, Inciso I, alínea “b”.

1.1.4.4.1.01.05-FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA, Art. 7º, Inciso III, alínea “a”.

1.1.4.4.1.01.06-ATIVOS FINANCEIROS DE RENDA FIXA DE EMISSÃO COM OBRIGAÇÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS, Art. 7º, Inciso IV.

1.1.4.4.1.01.07-FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS. Art. 7º, Inciso “V”, alínea “a”.

1.1.4.4.1.01.08-FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA COM SUFIXO/CRÉDITO-PRIVADO, Art. 7º, Inciso V, alínea “b”.





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

**RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

ITEM:

1.1.4.4.1.02.00-APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL-RPPS PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art.8º.

SUBITEM:

1.1.4.4.1.02.01- FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, Art.8º, Inciso I Alínea “a”.

ITEM:

1.1.4.4.1.03.00-APLICAÇÕES DO RPPS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR-PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art. 9º, Incisos II e III.

SUBITEM:

1.1.4.4.1.03.02- FUNDOS DE INVESTIMENTO SUFIXO - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR, Art 9º, Inciso II.

1.1.4.4.1.03.03-FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE” AÇÕES-BDR NÍVEL I”, Art. 9º, Inciso III

ITEM:

1.1.4.4.1.04.00-APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS-RPPS-PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art. 10, Inciso II.

SUBITEM:

1.1.4.4.1.04.02-FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES. ITEM: 1.1.4.4.1.05.00-APLICAÇÕES EM FUNDOS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO RPPS-PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art. 11.

ITEM:

1.1.4.4.1.05.00-APLICAÇÕES EM FUNDOS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO RPPS-PLANO EM CAPITALIZAÇÃO, Art. 11.

“Com contrapartidas para VPA (VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM INVESTIMENTOS) A CONTA: 4.6.1.7.1.99.00 - AJUSTE PARA GANHOS DE DEMAIS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS E VPD (VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM INVESTIMENTOS) A CONTA: 3.6.1.7.1.99.00 - AJUSTE PARA PERDAS DE DEMAIS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS. Ao final do exercício financeiro de 2022, o saldo dos INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS A CURTO PRAZO, do Fundo Previdenciário do Recife - Reciprev, foi de **R\$ 2.795.799.867,48**, conforme Relatório da Carteira de Investimentos em anexo.”



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

Fundo Financeiro – RECIFIN

“Quanto ao regime previdenciário sob o aspecto financeiro, é classificado como um fundo de repartição simples que tem por fundamento a solidariedade entre os indivíduos e um pacto entre as gerações (também chamado de “Pacto Intergeracional”). Dessa forma, aqueles trabalhadores que estão na População Economicamente Ativa (PEA) contribuem para o custeio dos benefícios daqueles que já estão no grupo da População Economicamente Inativa (PEI). Além disso, esse regime possui uma ideia de “caixa”: à medida que o dinheiro entra na previdência, esse orçamento é utilizado para pagamento dos benefícios, não havendo uma ideia de “acumulação”.

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições da Resolução CMN nº 4.963/2021, para o exercício financeiro de 2022.

Todos os recursos do RECIFIN são movimentados através de instituições financeiras, tais como o Banco do Brasil e o Bradesco. Possui, ainda, dois tipos de investimentos enquadrados no segmento Renda Fixa:

- BB Previdenciário Renda Fixa Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, no Banco do Brasil;
- Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Poder Público, no Bradesco.

“No exercício financeiro de 2022, os fundos de investimento foram alocados ao subgrupo 1.1.4.0.0.00.00 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO, ITEM: 1.1.4.4.1.11.00-APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA RPPS-PLANO EM REPARTIÇÃO, SUBITEM: 1.1.4.4.1.11.05- FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA, conforme enquadramento da Resolução CMN nº 4.392/2014, Art.7º Inciso III Alínea “a” versus PCASP, com saldo em 31/12/2022 de **R\$ 1.413.454,26.**”

✓ Estoques

Os bens em almoxarifado são registrados e controlados pelas próprias unidades gestoras, os quais refletem os inventários realizados por cada uma delas ao final do exercício.

Evidencia-se um montante de **R\$ 373.857.111,42** (trezentos e setenta e três milhões oitocentos e cinquenta e sete mil cento e onze reais e quarenta e dois centavos), que compreende os valores dos bens adquiridos por cada unidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das suas atividades, distribuído entre os órgãos / entidades conforme exposto a seguir:





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

Descrição	Valor (Em RS)
Fundo Municipal de Saúde	279.813.780,62
Secretaria de Educação	76.177.414,76
Câmara Municipal do Recife	3.939.775,31
Demais unidades gestoras	13.926.140,73
Total	373.857.111,42

Nota II: Ativo Não Circulante

✓ **Realizável a Longo Prazo**

Evidencia os bens, os direitos e as despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Expresso no montante de **R\$ 260.573.495,28** (duzentos e sessenta milhões quinhentos e setenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos), somente Créditos a Longo Prazo são apresentados neste grupo no BP do Município.

Importante enfatizar que os direitos e os títulos de crédito são mensurados ou avaliados pelo valor original, com atualização monetária na data do BP. Dos valores escriturados a título de Créditos a Longo Prazo, o mais relevante corresponde à Dívida Ativa Tributária, no montante de **R\$ 174.327.830,78** (cento e setenta e quatro milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e trinta reais e setenta e oito centavos), conforme discriminado abaixo:

Descrição	Valor (Em RS)
Dívida Ativa Tributária	16.448.740.121,24
(-) Ajustes para Perdas Tributárias	16.274.412.290,46
Total Ajustado	174.327.830,78

Ainda em relação à dívida ativa, evidencia-se que não há uma comunicação entre os sistemas utilizados pela gerência tributária com o utilizado na gerência de contabilidade. Dessa forma, o valor do estoque final da dívida é informado através do Relatório da Dívida Ativa.



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

A metodologia de cálculo tem por base a média ponderada das receitas recebidas da dívida, dos últimos três exercícios pela média ponderada do estoque da dívida dos últimos três exercícios. O estoque da dívida é apresentado no Relatório Anual da Dívida Ativa Tributária, elaborado pela Gerencia Tributária.

A seguir segue o quadro com a memória de cálculo do ajuste de perdas para o exercício de 2022:

Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas - 2022	
Estoque da Dívida 2020	12.889.660.810,93
Recebimentos em 2020	124.732.404,58
% de Recebimentos 2020	0,97%
Estoque da Dívida 2021	14.100.484.840,31
Recebimentos em 2021	152.754.721,72
% de Recebimentos 2021	1,08%
Estoque da Dívida 2022	16.448.740.121,24
Recebimentos em 2022	152.768.479,27
% de Recebimentos 2022	0,93%
Média de Recebimentos	0,99%
Valor do Ajuste para Perdas 2022	16.274.412.290,46

Evidenciam-se ainda neste grupo, além da dívida ativa tributária, os seguintes créditos:

Descrição	Valor (Em R\$)
Dívida Ativa Não Tributária	49.128.684,36
Créditos Previdenciários Patronal - RPPS	21.986.740,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos (Programa de Crédito Popular do Recife – Lei nº 18.785/2021)	6.626.642,03

✓ **Imobilizado**

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, estão expressos na quantia de **R\$ 2.475.309.540,08** (dois bilhões quatrocentos e setenta e cinco milhões trezentos e nove mil quinhentos e quarenta reais e oito centavos).

Dentro desse grupo, merece destaque:

- Bens Móveis, apresentando um valor contábil de **R\$ 617.884.854,95** (seiscentos e dezessete milhões





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

oitocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos). Os bens móveis são registrados na contabilidade pelo custo de aquisição e são apropriados no sistema de Patrimônio do Ente para cálculo e registro da depreciação. A taxa de depreciação utilizada segue a tabela da Receita Federal do Brasil, enquanto o processo de avaliação e reavaliação dos bens móveis não esteja concluído.

Os bens móveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Bens Móveis	835.740.346,71
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	217.855.491,76
(=) Valor Contábil	617.884.854,95

- Bens Imóveis, pertencentes a todos os órgãos municipais, representaram um montante de **R\$ 1.857.424.685,13** (um bilhão oitocentos e cinquenta e sete milhões quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e treze centavos). Os bens imóveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Bens Imóveis	1.872.437.481,54
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	15.012.796,41
(=) Valor Contábil	1.857.424.685,13

✓ **Intangível**

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Apresentando um valor contábil de **R\$ 7.423.578,80** (sete milhões quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), constituem um conjunto de ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Tais bens/direitos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e apropriados para cálculo e registro da amortização. Deste montante, quase 100% estão aplicados em Softwares.





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

Os Intangíveis, na visão consolidada, apresentam os seguintes valores:

Descrição	Valor (Em R\$)
Intangível	38.803.217,10
(-) Amortização Acumulada	31.379.638,30
(=) Valor Contábil	7.423.578,80

Nota III: Passivo Circulante

✓ **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

As obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, estão evidenciadas no montante de **R\$ 101.013.461,94** (cento e um milhões treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos).

✓ **Provisões a Curto Prazo**

No valor de **R\$ 110.531.664,36** (cento e dez milhões, quinhentos e trinta e um mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos), correspondem aos passivos de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo. Deste montante, apresenta-se:

Descrição	Valor (Em R\$)
Provisão para Riscos Trabalhistas	54.513.325,79
Provisão para Férias	31.120.584,25
Demais Provisões de Curto Prazo	24.897.754,32
TOTAL	110.531.664,36

Demais Obrigações de Curto Prazo

Descritas no montante de **R\$ 127.520.878,92** (cento e vinte e sete milhões quinhentos e vinte mil oitocentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), representam as obrigações do Município





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

junto a terceiro não inclusos nos itens anteriores, com vencimento no curto prazo. Essas obrigações representam em sua quase totalidade as consignações previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), bem como aquelas efetuadas em folha de pagamento em favor das instituições financeiras, companhias de seguros, planos de saúde, associações e outros, além dos depósitos de terceiros.

Nota IV: Passivo Não Circulante

✓ **Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistenciais a Longo Prazo**

Para este grupo, destaca-se os parcelamentos com encargos sociais, sendo ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, o montante de **R\$ 65.947.015,04** (sessenta e cinco milhões novecentos e quarenta e sete mil quinze reais e quatro centavos), já o RPPS – Regime de Previdência Próprio apresenta o montante de **R\$ 21.986.740,00** (vinte e um milhões novecentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta reais).

✓ **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

Os empréstimos e financiamentos do Município de longo prazo possuem um saldo de **R\$ 1.793.434.960,44** (um bilhão, setecentos e noventa e três milhões quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos) e são divididos em internos e externos. Os internos perfazem um total de **R\$ 1.047.518.417,49** (um bilhão, quarenta e sete milhões quinhentos e dezoito mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos) e representam pouco mais de 58% do total.

Os externos possuem um saldo de **R\$ 511.161.362,73** (quinhentos onze milhões, cento e sessenta e um mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos). Ressalta-se que estão evidenciados no Relatório da Dívida Consolidada do Município.

✓ **Obrigações Fiscais a Longo Prazo**

Expressas no montante de **R\$ 72.785.290,22** (), abrangem as obrigações das Unidades Gestoras com o governo, relativas a parcelamentos impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo. Estão representadas, principalmente, pelas obrigações decorrentes de parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, relativos à Contribuição Previdenciária ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), além de obrigações com o FGTS, o PASEP, entre outras.

✓ **Provisões a Longo Prazo**

Representadas pela soma de **R\$ 2.885.995.909,47** (dois bilhões oitocentos e oitenta e cinco milhões





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

novecentos e noventa e cinco mil novecentos e nove reais e quarenta e sete centavos), evidenciam os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo, detalhadas conforme exposto abaixo:

Descrição	Valor (Em R\$)
Provisão Matemática Previdenciária – RECIPREV	2.843.757.828,74
Provisão para Riscos Trabalhistas (Consolidado)	37.362.540,73
Provisões para Riscos Cíveis	3.462.084,74
Provisão Matemática Previdenciária – RECIFIN	1.413.455,26
Total	2.885.995.909,47

A seguir, destacam-se em relação às Provisões Matemáticas – RPPS, as Notas Técnicas enviadas pela Gestão do RPPS:

Provisão Matemática Previdenciária: Fundo Previdenciário – RECIPREV

“Provisão Matemática Previdenciária, também denominada Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios calculados atuarialmente em determinada data a valor presente (MCASP- 9ª edição). A Avaliação Atuarial, elaborada com observância da Portaria MPS nº 403/2008 e assinada por profissional ou empresa devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, é o documento contábil hábil usado pelo profissional da área contábil para efetuar o registro da “Provisão Matemática Previdenciária”.

As contas que compoem o resultado da Provisão Matemática Previdenciária serão registradas no “Passivo não Circulante” ou “Passivo Exigível a Longo Prazo”, no grupo de contas denominado: “Provisões de Longo Prazo” (2.2.7.2.1.00.00).

No Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios Concedidos, houveram registros contábeis de aumento da provisão / complementação na conta:

- 2.2.7.2.1.03.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos no valor de **R\$ 112.340.626,52**;

No mesmo relatório, houveram registros contábeis de redução da provisão / reversão nas seguintes contas:

- 2.2.7.2.1.03.02 – (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 17.907.093,08**;
- 2.2.7.2.1.03.03 – (-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

**RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)**

R\$ 2.078.157,19;

- 2.2.7.2.1.03.04 – (-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 605.230,83**
- 2.2.7.2.1.03.05(-) Compensação Previdenciária do Plano em Capitalização- RPPS no valor R\$ 109.517.696,18.

Com relação ao Plano Previdenciário “Provisões de Benefícios a Conceder, houve o registro contábil de redução da provisão/reversão nas contas:

- 2.2.7.2.1.04.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder, no valor de **R\$ 679.295.877,05;**
- 2.2.7.2.1.04.02 – (-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 349.197.265,84;**
- 2.2.7.2.1.04.03 – (-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS, no valor de **R\$ 219.042.220,10.**

Houve o registro contábil de aumento da provisão / complementação, na conta:

- 2.2.7.2.1.04.04 – (-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário, no valor de **R\$ 150.265.901,46.**

Com relação ao Plano Previdenciário “Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário”, houve o registro contábil de “aumento da provisão/complementação” na conta 2.2.7.2.1.07.01 – Ajuste de Resultado Actuarial Superavitário, no valor de **R\$ 46.543.912,45**, conforme quadro anexo FORMA DE REGISTRO CONTÁBIL DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA RECIPIREV – 2021, no qual se reflete a posição das contas que compuseram a “PROVISÃO DE LONGO PRAZO, em 31 de dezembro de 2022”.

Por conseguinte, para o lançamento da COMPLEMENTAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA RECIPIREV – 2022, foi utilizado o subtítulo contábil 3.9.7.2.1.00.00 – VPD (Variação Patrimonial Diminutiva de Provisões Matemáticas em Longo Prazo), no valor de **R\$ 198.221.291,02** para o fechamento das contrapartidas realizadas entre grupos de conta de “Provisões em Longo Prazo”.

A Provisão Matemática Previdenciária ou Passivo Actuarial do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO RECIFE – RECIPIREV, no valor de **R\$ 2.843.757.828,74**, registrada no Passivo Não Circulante no grupo de contas denominado, “Provisões em Longo Prazo”, ao final do exercício financeiro de 2022, foi composta pelos seguintes valores:

- Investimentos e Aplicações temporárias a curto prazoR\$ 2.795.799.867,50
- Projeção do parcelamento patronal a receber R\$ 47.957.961,24
- Provisão Matemática PrevidenciáriaR\$ 2.843.757.828,74”





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I (ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

Provisão Matemática Previdenciária: Fundo Financeiro – RECIFIN

” Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data a valor presente (MCASP, 9ª edição).

A Avaliação Atuarial elaborada com observância da Portaria MPS nº 403/2008 e assinada por profissional ou empresa devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA é o documento contábil hábil usado pelo profissional da área contábil para efetuar o registro da “Provisão Matemática Previdenciária”.

As contas que compõem o resultado da Provisão Matemática Previdenciária, serão registradas no “Passivo não Circulante” ou “Passivo Exigível a Longo Prazo” no grupo de contas denominado “Provisões de Longo Prazo” (2.2.7.2.1.00.00).

No Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao Plano Financeiro “Provisões de Benefícios Concedidos”, houve registro contábil com aumento da provisão / complementação na conta 2.2.7.2.1.01.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos ao Plano Financeiro, no valor de **R\$ 640.736.607,28** e houve registros contábeis com aumento da provisão com complementação, nas contas:

- 2.2.7.2.1.01.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 164.284.865,74**;
- 2.2.7.2.1.01.03 – (–) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 36.696.189,55**;
- 2.2.7.2.1.01.04 – (–) Contribuições do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 3.424.534,52**;
- 2.2.7.2.1.01.05(-) Compensação Previdenciária do Fundo em Repartição do RPPS, no valor de **R\$ 351.823.111,29**;
- 2.2.7.2.1.01.07 – (–) Cobertura de Insuficiência Financeira, no valor de **R\$ 90.552.817,58**.

Com relação ao Plano Financeiro, Provisões de Benefícios a Conceder, houve registro contábil com aumento de provisão/complemento na conta 2.2.7.2.1.02.01 – Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro, no valor de **R\$ 117.438.365,37** e houve registros contábeis com redução da provisão/reversão nas contas:

- 2.2.7.2.1.02.02 – (–) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$16.244.189,10**;
- 2.2.7.2.1.02.03 – (–) Contribuições do Servidor para o Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$1.936.936,57**;
- 2.2.7.2.1.02.04 – (–) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS, no valor de **R\$ 93.683.237,98**;
- 2.2.7.2.1.02.06 – (–) Cobertura de Insuficiência Financeira, no valor de **R\$ 5.574.001,72**.

Por conseguinte, para o lançamento da COMPLEMENTAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA RECIFIN 2022, foi utilizado o subtítulo contábil 3.9.7.2.1.00.00 – Variação Patrimonial Diminutiva de Provisões Matemáticas a





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

**RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)**

Longo Prazo no valor de **R\$ 804.156,64** para o fechamento das contrapartidas realizadas entre grupos de conta de “Provisões a longo Prazo”.

A Provisão Matemática Previdenciária ou Passivo Atuarial do FUNDO FINANCEIRO DO RECIFE – RECIFIN, no valor de **R\$ 1.413.455,26** registrada no Passivo Não Circulante no grupo de contas denominado “Provisões a longo Prazo”, ao final do exercício financeiro de 2022, representou o valor dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo de **R\$ 1.413.454,26.”**

Nota V: Patrimônio Líquido

✓ **Resultados Acumulados**

Apresentando a soma de **R\$ 1.164.859.176,58** (um bilhão cento e sessenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e nove mil cento e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor (Em R\$)
Superávits ou Déficits do Exercício	693.054.672,68
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	573.297.355,32
Ajustes de Exercícios Anteriores	34.648.174,97
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão.	(R\$ 141.362.929,41)
Lucros ou Prejuízos do Exercício	1.973.455,29
Lucros ou Prejuízos Acumulados de Exercício Anteriores	3.248.447,73
Total	1.164.859.176,58

Nota VI: Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

✓ **Ativo (I)**

Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais de acordo com a IPC 04 e MCAPS 9ª. A partir deste exercício de 2022, as contas intraorçamentárias não foram excluídas na apresentação consolidada do Ente.

O Ativo Financeiro, que alcançou o valor de **R\$ 3.021.225.867,95** (três bilhões vinte e um milhões duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), evidencia os créditos e valores realizáveis, independente de autorização orçamentária, e os valores numerários.





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

O **Ativo Permanente**, no montante de **R\$ 4.077.572.527,43** (quatro bilhões setenta e sete milhões quinhentos e setenta e dois mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), apresenta os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

✓ **Passivo (II)**

O **Passivo Financeiro**, expresso na soma de **R\$ 376.754.792,72** (trezentos e setenta e seis milhões setecentos e cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), demonstra as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Representam os Restos a Pagar Não Processados, os Processados e demais obrigações extraorçamentárias.

Destaca-se a composição do Passivo Financeiro:

Descrição	Valor (Em R\$)
Restos a Pagar Não Processados	116.601.927,38
Restos a Pagar Processados	142.276.446,50
Demais Obrigações Extraorçamentária	117.876.418,84
Total	376.754.792,72

O **Passivo Permanente**, que expõe as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, demonstrou a importância de **R\$ 5.070.223.506,56** (cinco bilhões setenta milhões duzentos e vinte e três mil quinhentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

✓ **Saldo Patrimonial (III)**

Apresentando um montante de **R\$ 1.651.820.096,10** (um bilhão seiscentos e cinquenta e um milhões oitocentos e vinte mil noventa e seis reais e dez centavos), resultante da diferença entre o ATIVO e o PASSIVO.

O Saldo Patrimonial do exercício de 2022, neste demonstrativo, por acrescentar os restos a pagar não processados no Passivo Circulante, de acordo com as regras de preenchimento, difere das regras de preenchimento do Balanço Patrimonial, que não evidencia a inscrição de restos a pagar não processado, nas contas patrimoniais, como evidenciado abaixo:



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

**RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)**

Descrição	Valor (Em R\$)
Saldo Patrimonial (Quadro Ativos e Passivos)	1.651.820.096,10
(+) Restos a Pagar Processados e Não Processados	116.601.927,38
(=) Patrimônio Líquido (BP)	1.768.422.023,48

✓ **Resultado Financeiro Apurado**

Descrição	Valor (Em R\$)
Ativo Financeiro	3.021.225.867,95
(-) Passivo Financeiro	376.754.792,72
(=) Superávit Financeiro do Exercício	2.644.471.075,23

Nota VII: Quadro das Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos apresentado de forma consolidada.

Nota VIII: Quadro de Superávit / Déficit Financeiro

O §2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que:

“Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas”.

Dessa forma, o **Superávit Financeiro** apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do município de Recife, conforme demonstrado na nota anterior, totaliza a cifra de **R\$ 2.644.471.075,23** (dois bilhões seiscientos e quarenta e quatro milhões quatrocentos e setenta e um mil setenta e cinco reais e vinte e três centavos), representado no Quadro de Superávit / Déficit Financeiro, bem como devidamente registrado na conta 8.2.1.1.1.01.00 – Recursos Disponíveis para o Exercício (Disponibilidade por Destinação de Recurso – DDR).





PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

**RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

Nota IX: Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Considerando que o Município de Recife possui um sistema único, o SOFIN – Sistema Orçamentário e Financeiro, já utilizado pelos Poderes Executivo e Legislativo, que atende ao MCASP, inclusive quanto a apresentação dos Balanços, de forma Consolidada, evidenciou-se que precisa haver uma atualização para atender ao novo padrão estabelecido no SIAFIC.

Desta forma, a Secretaria de Finanças encontra-se em processo de licitação para contratação de um novo sistema afim de atender aos requisitos exigidos, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020.

Destaca-se que a Gerência Geral de Contabilidade do Município já faz o atendimento completo em vários itens do PIPCP, e trabalha para que todas as demais sejam cumpridas na maior brevidade, buscando sempre garantir a qualidade da informação, atendendo ao disposto no MCASP, 9ª edição, IPCs e NBCs TSP.

Diante dos fatos expostos, a prefeitura está buscando uma nova solução tecnologia para uma melhor performance dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fim de garantir informações em tempo real, com padrão de qualidade para assegurar a transparência fiscal.

Segue abaixo demonstrativo do estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP:

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
(PODER EXECUTIVO)**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	1. Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Contabilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA (Receita / Despesa)	LOA registrada na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Disponibilizar as informações e movimentações do Plano Plurianual – PPA	Evidenciação do PPA para possibilitar registro na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Orçamento do Município – GGOM	31/12/2020	Aguardando Implantação novo sistema



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

Mapear o Plano Plurianual – PPA	PPA registrado na Contabilidade do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Aguardando Implantação novo sistema
---------------------------------	--	---	------------	-------------------------------------

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer os créditos tributários e não tributários por competência e a dívida ativa	Controle e registro contábeis dos créditos tributários e não tributários por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Gerência Geral de Administração Tributária – GGAT	31/12/2020	Concluída, em parte. Aguardando Implantação novo sistema
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Contabilização de acordo com o padrão estabelecido para as 03 (três) esferas de governo	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída, em parte. Aguardando Implantação novo sistema
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis para contabilização dos demais créditos a receber	Contabilização dos demais créditos	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2017	Concluída
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização da Dívida Ativa	Registro de todas as fases de contabilização da Dívida Ativa	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2015	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Previsto	Situação Atual



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

Implementar controle das provisões trabalhistas	Geração na Folha de Pagamento da informação dos benefícios referentes às férias, 13º salário e indenizações trabalhistas	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Concluída, em parte. Aguardando Implantação novo sistema
Implementar controle da provisão atuarial do RPPS	Contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2019	Concluída
Implementar controle das provisões fiscais	Contabilização de provisões decorrentes de autos de infrações lavrados	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Implementar controle das provisões cíveis	Contabilização de provisões decorrentes de indenizações a fornecedores	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisar o alcance dos registros e acompanhamentos dos ativos e passivos contingente em contas de controle	Evidenciação de todos os ativos e passivos contingentes das Administrações Direta e Indireta	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída, em parte. Aguardando Implantação novo sistema
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens móveis	Contabilização de todos os bens móveis das Administrações Direta e Indireta	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD e Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Implementar controle dos bens imóveis	Informações para contabilização de todos os bens imóveis das Administrações Direta e Indireta	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Aguardando. Aguardando Implantação novo sistema
Implementar depreciação dos bens móveis	Contabilização da depreciação dos bens móveis	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

Implementar depreciação dos bens imóveis	Informações para contabilização da depreciação dos bens imóveis	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2019	Aguardando. Aguardando Implantação novo sistema
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens de infraestrutura	Contabilização dos bens de infraestrutura do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2022	Aguardando Implantação novo sistema
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação ou redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar controle dos bens do patrimônio cultural	Contabilização de todos os bens do patrimônio cultural do Município	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital – SEPLAGTD	31/12/2022	Aguardando
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar parâmetros contábeis para registro e acompanhamento das operações de créditos	Controle e contabilização dos empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (Ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar parâmetros contábeis e ajustar sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Contabilização das obrigações decorrentes de benefícios a empregados	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Aguardando Implantação novo sistema
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Definir parâmetros para reconhecimento e mensuração das provisões	Contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde	31/12/2015	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

atuarial		do Servidor – AMPASS		
Revisar parâmetros das etapas de contabilização no reconhecimento e mensuração das provisões atuariais	Adequação da contabilização da provisão atuarial do RPPS	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2015	Concluída
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer as despesas com fornecedores por competência	Controle e registro das despesas por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2015	Concluída
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecer a despesa por competência	Controle e registro das demais despesas por competência	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	Concluída
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar o controle de Ativos Intangíveis	Contabilização de todos os bens Intangíveis das Administrações Direta e Indireta	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída
Registrar a amortização de Ativos Intangíveis	Contabilização da amortização de bens intangíveis.	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Realizar levantamento de outros ativos intangíveis	Contabilização e amortização de outros ativos intangíveis	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	Concluída
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controlar os investimentos permanentes	Contabilização dos investimentos permanentes e respectivos ajustes de perdas e redução ao valor	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde	31/12/2019	Concluída



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM 6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

	recuperável	do Servidor – AMPASS		
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controlar os Estoques	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2021	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
A definir	Aguardando especificação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	A ser definido em ato normativo específico	-

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	1. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar os parâmetros contábeis para registro do FUNDEB	Receitas do FUNDEB contabilizadas de acordo com o MCASP	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Ação	2. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar os parâmetros contábeis para registro e acompanhamento das operações de créditos	Controle e contabilização das Operações de Créditos	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Gerência Geral de Administração Financeira – GGAF	-	Concluída
Ação	3. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer os procedimentos contábeis específicos para contabilização do RPPS	Contabilização de acordo com o padrão estabelecido para as 03 (três) esferas de governo	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM e Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor – AMPASS	31/12/2020	Concluída
Ação	4. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS, VIRGINIA GONCALVES MARTINS
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64bb1964-6ee1-4263-9329-efb3b051582e

				Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização da dívida ativa	Registro de todas as fases de contabilização da dívida ativa	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2019	Concluída
Ação	5. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estabelecer procedimentos contábeis específicos para contabilização dos precatórios	Registro de todas as fases de contabilização dos precatórios	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	31/12/2020	Concluída, em parte. Aguardando implantação do novo sistema
Ação	6. Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	Sem movimentação para contabilização	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	-

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	1. Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Implementar PCASP 2019 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 4ª errata	PCASP 2019 Estendido – Utilizado no exercício 2019	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2020 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 3ª errata	PCASP 2020 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2020	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2021 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 3ª errata	PCASP 2021 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2021	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2022 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 – Revisado até 1ª errata	PCASP 2022 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2022	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Implementar PCASP 2023 Estendido – IPC 00 – Anexo 3 –	PCASP 2023 Estendido – Sendo utilizado no exercício 2023	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	1. Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			



PREFEITURA DE RECIFE

Exercício de 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022 – ITEM6 ANEXO I
(ANEXO 14 DA LEI 4320/64)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Concretizar a atualização do Balanço Patrimonial – BP	Balanço Patrimonial de acordo com o MCASP (9ª edição) e IPC 04 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização do Balanço Orçamentário – BO	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP (9ª edição) e IPC 07 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização do Balanço Financeiro – BF	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP (9ª edição) e IPC 06 (atualizada em dezembro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP (9ª edição) e IPC 05 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Concretizar a atualização da Demonstração dos Fluxo de Caixa – DFC	Demonstração dos Fluxo de Caixa de acordo com o MCASP (9ª edição) e IPC 08 (atualizada em janeiro de 2020)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída
Elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de acordo com o MCASP (9ª edição)	Gerência Geral de Contabilidade do Município – GGCM	-	Concluída

JOÃO HENRIQUE DE ANDRADE LIMA CAMPOS
Prefeito

VIRGINIA GONÇALVES MARTINS
Gerente Geral de Contabilidade do Município
CRC 014005/O – PE

